

PINGA-FOGO

■ **PORTINHO USA A TRIBUNA DO SENADO PARA CHAMAR ATENÇÃO DO CONGRESSO SOBRE O RIO** - O caso da sucessão do Rio de Janeiro foi alvo de um duro pronunciamento do senador Carlos Portinho na tribuna do Senado Federal, em Brasília, nesta terça, 28 de abril. Afirmou o senador: “O que acontece no Rio de Janeiro hoje é a materialização do Estado Judiciário de exceção, porque chegamos ao ponto em que o desembargador assumiu a cadeira do governo do Rio e não sairá. Pelo menos é o que indica o STF até o momento”.

■ **PRESO À CADEIRA** - O senador elogia Couto e diz que ele está preso à cadeira: “E isso é da maior gravidade, porque o governador biônico hoje em exercício, o desembargador Ricardo Couto, é uma pessoa íntegra, uma pessoa honesta, mas por força de uma decisão do STF, ele está lá sentado, sem poder sair da cadeira de governador do Estado do Rio de Janeiro, o que não faz sentido algum, porque está sendo rasgada a Constituição não só do Estado, a Constituição do Brasil, que diz que na vacância do cargo de governador e do vice, na vacância eventual do presidente da lei, assume, em exercício temporário, o presidente do Tribunal de Justiça.”

■ **Só que a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro elegeu o deputado estadual Douglas Ruas, ele é o presidente efetivo eleito na Assembleia Legislativa do Estado do Rio, que por força da lei, da nossa carta magna, na vacância, é ele quem assume para convocar eleições indiretas. É o que diz a lei, não tem o que interpretar, não tem malabarismo, contorcimento jurídico que caiba nisso. Os deputados estaduais foram eleitos pelos votos dos eleitores do Rio de Janeiro, e eles, por mandato dos eleitores do Rio de Janeiro, elegeram o presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o deputado Douglas Ruas, e é ele, por força da carta magna da nossa Constituição, que deve assumir o governo do Estado, convocando eleições indiretas.”**



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Governo do Estado, Firjan e OAB-RJ debatem redistribuição dos royalties do petróleo

Em reunião realizada na última segunda-feira (27), na sede da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), o Interventor Judicial Ricardo Couto, empresários e representantes da OAB-RJ discutiram a ação que tramita no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre a redistribuição dos royalties do petróleo, cujo julgamento será retomado no dia 6 de maio, bem como as consequências negativas para o Rio de Janeiro.

O Interventor Judicial, Ricardo Couto, defendeu que os recursos provenientes dos royalties sejam mantidos com os entes federativos produtores. A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, também se manifestou contra uma eventual mudança nas regras de distribuição dos recursos e fez um alerta sobre a gravidade da situação especialmente para o interior do estado, com possibilidade de crise econômica e social.



Flávia Freitas/OAB-RJ

Reunião foi realizada na sede da Firjan na última segunda-feira

Durante o evento, o Governo do Estado do Rio, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e a Firjan assinaram um protocolo de intenções para o desenvolvimento conjunto de estudos, diagnósticos, levantamentos, notas técnicas e reuniões de trabalho relacionadas a temas com repercussão fiscal, orçamentária, econômica, regulatória, federativa e arrecadatória para o estado fluminense e seus municípios, com foco no mercado de petróleo e gás.

Também participaram da reunião o Procurador-Geral do Estado, Renan Saad, o presidente da Firjan, Luiz César Caetano, o presidente do Conselho Superior de Representantes da federação, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira; o 1º vice-presidente da Firjan, Carlos Erane de Aguiar; o 2º vice-presidente da federação, Henrique Nora; o 2º vice-presidente da Firjan CIRJ, Antonio Carlos Vilela, entre outros diretores da entidade.

■ **A CONSTITUIÇÃO NÃO PRECISA DE INTERPRETAÇÃO** - Para Portinho é necessário que se respeite a Constituição: “Não tem o que interpretar nisso. Agora, se nós vivemos, realmente, um Estado judiciário de exceção, aí cabe tudo, porque a vontade não é da lei, e a gente está assistindo isso passivamente, porque amanhã pode ser a cadeira do presidente da República. Como é que podem dar respaldo para isso? Onde está a lei? O que a gente quer, apenas, no meu Estado, no Rio de Janeiro, e o brasileiro quer para o Brasil, é que seja cumprida a Constituição Federal.”

■ **QUEM LEGISLA É O PARLAMENTO** - O senador Carlos Portinho finaliza convocando o poder legislativo a reagir por ser o autor das leis: “Ela (a Constituição) não é escrita por ministros do STF, ela é escrita pelo Parlamento. A função legislativa é nossa, que se cumpra a Constituição no Rio de Janeiro. O que a gente está vendo lá não existe no Estado Democrático de Direito, como adoram chamar, então democracia aqui não é.” Além

de parlamentar, Carlos Portinho é advogado e muito peitado no meio jurídico.

■ **SEM A SEGURANÇA DO ESTADO NÃO TERIA SHOW DA SHAKIRA NO RIO** - A atuação do Governo do Estado do Rio nos grandes do evento não pode ser avaliada apenas no patrocínio direto. O investimento vai muito além de uma conta de patrocínio. A notícia da negativa do Governo do Rio em não aderir ao patrocínio do show da Shakira virou assunto nas redes sociais, o que levou o Guanabara a divulgar uma nota que esclarece o investimento indireto que é realizado. Diz a nota oficial: “O Governo do Estado do Rio de Janeiro, assim como no Réveillon e em outros grandes eventos, atuará com uma ampla estrutura operacional no show da cantora Shakira, no próximo sábado, em Copacabana. Ao todo, serão mobilizados 5.692 agentes de segurança do Estado, com monitoramento em tempo real, pórticos com reconhecimento facial, torres de observação, viaturas com câmeras embarcadas e outras tecnologias.

■ **A operação também contará com a atuação da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, além de pontos de hidratação com distribuição de água ao público pela Cedac.**

■ **O Governo do Estado tomou a decisão de não patrocinar o evento em razão da grave crise fiscal que assola o Estado.”**

■ **A leitura da postura do Governo estadual demonstra coerência com o que tem sido praticado, mas tem reflexo político. Principalmente para a turma da prefeitura que achava que o Guanabara seria um puxadinho do Palácio da Cidade. Agora o prefeito Eduardo Cavaliere terá de enfiar mais uma vez a mão nos cofres municipais para fechar a conta dos organizadores. Ele anunciou um reforço de mais de R\$ 5 milhões e não passou recibo. Elogiou até a atitude do estado. Se a recusa fosse do ex-governador, iria chover canivete e bala perdida para todo lado. Já tem gente na prefeitura com saudades do ex-governador Castro, que sempre chegava junto com a prefeitura nos grandes eventos.**

■ **O AMIGÃO DE LUCAS TRISTÃO** - Um ditado já dizia que a Mulher de César não basta ser honesta, tem que parecer honesta. É por isso que todo cuidado é pouco nas nomeações para o estado, como trazer de volta o fiel escudeiro de Lucas Tristão, o rapaz que era o queridinho do Witzel, para a Secretaria da Fazenda. O nome do ex-secretário lukista, Guilherme Mercês, foi escolhido para assumir as contas do estado. Para quem não se lembra, Tristão era o advogado capixaba importado do Wilson Witzel para ser seu o “Primeiro Ministro” e acabou preso junto com o empresário Mário Peixoto. Ele mandava e desmandava na Fazenda na época de Mercês.

■ **BRANDÃO EM ENCONTRO NACIONAL** - O corregedor-geral do Tribunal de Justiça do Rio, Cláudio Brandão, participa, em Brasília, do encontro nacional de Corregedores estaduais, realizado no auditório do Conselho Nacional de Justiça.

■ **AUDIÊNCIA MÁXIMA DA TV JUSTIÇA NO RIO** - As transmissões das sessões do STF pela TV Justiça desta quarta (29) e quinta (30) terão audiência máxima no Rio. Poderá trazer surpresas, mas não por parte do ministro Flávio Dino que só irá analisar o acórdão do TSE durante o feriadão em São Luiz. Ele não tem pressa. Acha até melhor esperar a chegada de Jorge Messias para ajudar no seu voto final.

■ **MISSÃO CUMPRIDA COM LOUVOR** - O ex-procurador-geral do estado do Rio, Renan Miguel Saad, deixa a PGE de cabeça erguida. Por dois anos a Procuradoria bateu todos os recordes de recuperação da dívida ativa do estado. Ele tem um santo forte, deixou o abacaxi do julgamento dos royalties do Petróleo para o seu sucessor Bruno Dubeux. O comentarista na Procuradoria é que a transição só ocorreria depois do dia 06. Ele chegou a arrumar a sua mesa no gabinete quando foi tranquilizado pelo desembargador Ricardo Couto que pediu para continuar. O tic-tac do julgamento não está nas mãos e nem no seu colo. Aliás, se o Rio perder essa disputa, a intervenção judicial do STF no estado estará desmoralizada.